



INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS – CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
NÚCLEO DE CONTABILIDADE E CUSTOS

AVENIDA ONÇA PINTADA, Nº 1308, GALO DA SERRA, CEP 69.735-000, PRESIDENTE FIGUEIREDO.

---

**NOTA TÉCNICA 12.2023 – NCC/DEPAD/CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO -**  
**IFAM**

**PROCESSO:** 23443.000216/2023-66

**LICITAÇÃO:** Pregão nº 04.2023

**OBJETO:** Contratação dos serviços de apoio administrativos, para as mão de obras, agente de portaria e recepcionista.

Ao Senhor,

**MATEUS LIMA**

Departamento de Aquisições, Licitações e Contratos

Manaus (AM), 16 de junho de 2023

Senhor Pregoeiro,

## **1. Considerações Gerais**

O presente ato licitatório visa à contratação de empresa especializada para proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de forma contínua de agente de portaria e recepcionista, com fornecimento de insumos e materiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico nº 04.2023.

## **2. Da Análise**

A empresa **ROZABIS MOTEZUMA ALVES JÚNIOR, CNPJ: 45.582.148/0001-10**, apresentou sua proposta para o posto de recepcionista no dia 13/06/2023, as 13:07 horas, no valor de R\$ 85.198,56, com fornecimento de equipamentos e materiais.

Verificou-se que a planilha de custos apresentava o preço-homem mensal no total de R\$ 3.549,94 (três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e quatro centavos), valor mensal R\$ 7.099,88 (sete mil, noventa e nove reais e oitenta e oito centavos) e valor anual de R\$ 85.198,56 (oitenta e cinco reais e cento e noventa e oito centavos).

Ao realizar a análise da composição da planilha de custos, foi verificada distorção na composição de custos unitário para a propostas, conforme itens a seguir:

A empresa afirma que a CCT utilizada é a CCTAM 000007/2023, contudo os valores incluídos na aba parâmetros da proposta não condiz com a referida convenção.

Item VALE TRANSPORTE - A licitante NÃO ofertou para o item transporte o custo unitário de R\$ 5,00 (cinco reais), informações relevantes para o dimensionamento da proposta o valor determinado para o município de Presidente Figueiredo é de R\$ 5,00 (cinco reais), conforme decreto municipal nº 3148 de 18 de outubro de 2021.

5.5.22. O valor a ser cobrado no vale transporte é aquele cobrado no município de Presidente Figueiredo, ou seja 5,00 descontando a participação do empregado.

Conforme art. 10 do Decreto nº 95.247/1987, “o valor da parcela a ser suportada pelo beneficiário será descontada proporcionalmente à quantidade de Vale-Transporte concedida para o período a que se refere o salário ou vencimento e por ocasião de seu pagamento, salvo estipulação em contrário, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, que favoreça o beneficiário.”

Embora a empresa opte por omitir ou reduzir os custos dos itens da CCT, o Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário é taxativo ao afirmar a obrigatoriedade da empresa em informar esses custos, **“outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente”**, *in verbis*:

Art. 63. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Anexo VII – A da IN 05/2017

(...)

7.5. A apresentação das propostas nos termos do subitem 7.4. Acima implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, **assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em qualidade e quantidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição; (grifo nosso)**

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

“(…) 52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. **Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente.** Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos) (...) Voto do Ministro Relator (...)”

Além disso, a planilha de custo apresenta valores nas zonas de atenção para os itens “Custos Indiretos” e “Lucro”, no percentual de 1% e 2,72% respectivamente, muito abaixo no cenário mínimo de atenção, conforme estudos da FIA:

A estimativa de lucro utilizada para cálculo dos valores limite derivam de estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisas (FIA) e correspondem à 6,79% em cenário máximo e 3,90% no cenário de atenção. (Orientações Serges para elaboração da planilha de custos)

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, LUCRO E TRIBUTOS			
Recepcionista			
Item	Base de cálculo	Percentual	Valor
Custos indiretos	R\$ 3.125,74	1,00%	R\$ 31,26
Lucro	R\$ 3.157,00	2,72%	R\$ 85,87
Tributos	R\$ 3.549,94	8,65%	R\$ 307,07
PIS	R\$ 3.549,94	0,65%	R\$ 23,07
COFINS	R\$ 3.549,94	3,00%	R\$ 106,50
ISS	R\$ 3.549,94	5,00%	R\$ 177,50

Fonte: Planilha da Licitante

É importante salientar que não há vedação legal à atuação, por parte de empresas contratadas pela Administração Pública Federal sem margem de lucro ou com margem de lucro mínima, no entanto, torna-se necessário sanar alguns questionamentos:

- A proposta com a margem de lucro apresentada é viável?
- Possui outros contratos que rendem receita suficiente para suportar as despesas administrativas dessa nova contratação?
- Qual política de ganhos da empresa?

A empresa é optante do Simples Nacional desde 09/03/2022 e como observado na proposta a empresa ofertou proposta beneficiando desse regime.

PARÂMETROS PARA TRIBUTAÇÃO E ENCARGOS	
Total de encargos	30,00%
INSS - empregador	20,00%
Salário-Educação	
SAT-GIL/RAT	2,00%
SESC	
SENAC	
SEBRAE	
INCRA	
FGTS	8,00%

Primeiro, a Lei Complementar nº 123, de 2006, veda a opção pelo Simples Nacional por empresas que prestam serviços de "cessão ou locação de mão de obra" que não se enquadre na exceção do **§ 5º-C do artigo 18 da referida lei**, conforme disposição da lei a seguir:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte:

**XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;**

**Art. 18. § 5º-C** Sem prejuízo do disposto no [§ 1º do art. 17 desta Lei Complementar](#), as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no [inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar](#), devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

**VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.**  
(grifo nosso)

O Comitê Gestor do Simples Nacional define "cessão ou locação de mão-de-obra" como sendo a colocação à disposição da empresa contratante, em suas dependências ou nas de terceiros, de trabalhadores que realizem serviços contínuos relacionados ou não com sua atividade fim, **quaisquer que sejam a natureza e a forma de contratação**. Por colocação à disposição da empresa contratante entende-se a cessão do trabalhador, em caráter não eventual, respeitados os limites do contrato. (RESOLUÇÃO CGSN nº 58, de 27 de abril de 2009).

Conforme Solução de Consulta nº 57 – COSIT de 27 de fevereiro de 2015, são vedados ao regime do Simples Nacional, os serviços de portaria, porque não se confundem com o serviço de vigilância armada e são prestados mediante cessão de mão-de-obra:

À vista do exposto, **conclui-se que os serviços de portaria e de zeladoria**, porque não se confundem com vigilância, limpeza ou conservação e são prestados mediante

cessão de mão-de-obra, **são vedados aos optantes pelo Simples Nacional**. (grifo nosso)

O próprio edital de licitação do instrumento convocatório (pregão 04.2023), em seu item 6.7 afirma que a “Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional”.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

Em referência ao ACÓRDÃO Nº 797/2011 – TCU – Plenário, ficou determinado à entidade o seguinte:

Incluir nos editais de suas licitações disposição no sentido de que, em ocorrendo as hipóteses de vedação de opção pelo Simples Nacional (arts. 17, XII, e 30, II, da LC 123/2006), seja vedada à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários desse regime na sua proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar;

**No momento imediatamente anterior à assinatura de seus contratos, verifique se a licitante vencedora, que iniciará a prestação de serviços à entidade, não se enquadra em quaisquer das vedações previstas na LC 123/2006, tomando, se for o caso, as providências para que a Secretaria da Receita Federal do Brasil tenha imediata ciência da situação.**

Sendo assim cabe este setor informar que a opção pelo regime simplificado não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra, contudo, é importante salientar que por se tratar de licitação para cessão de mão de obra vedado ao regime do simples nacional, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação, seja de forma espontânea quando solicitado pela administração, seja através de exclusão via ofício caso a empresa se negue realizar sua exclusão.

### 3. Conclusão

Embora a empresa tenha adotado a planilha modelo constante disponibilizadas pela IFAM, cabe a ela a responsabilidade do correto preenchimento da planilha Modelo. Além disso

A proposta apresenta mais de um item com ausência de valor e item com percentuais irrisórios, ou custo unitário irrisório, segundo a anexo VII-A, item 9.3 da IN 05/2017, itens isolados da planilha com percentuais abaixo do mínimo ou indícios de inexecutabilidade, não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, desde e quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, comprovando que o valor proposto seja o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**Solicita-se a comissão de licitação, solicite que a empresa inclua os itens obrigatório da CCT, conforme orientado no Acórdão TCU nº 963/2004.** Além disso, orientamos que caso a empresa não consiga corrigir a proposta e não apresente justificativas técnicas quanto a omissão de itens e percentuais com indícios de inexecutabilidade da Planilha de Custos, sugerimos que a proposta da empresa seja eliminada por ausência de legitimidade dos custos, caso não seja aceita pela equipe de planejamento essa condição, recomendamos a empresa demonstrar essa diferença em relação ao lucro proposto, ou seja, demonstrar que o lucro anual do contrato seja suficiente para zerar o custo anual da omissão.

Logo, somos favoráveis pela DESCLASSIFICAÇÃO da planilha de custos analisada, ficando a cargo da comissão a decisão pela desclassificação da proposta ou a abertura de diligências para a correção da planilha, salienta-se ainda que esta é a segunda análise da proposta da licitante.

Atenciosamente,

**Marlena Raquel dos Santos Vasconcelos**

Contadora - CRC-AM 15379-O

Núcleo de Contabilidade e Custos – Campus Presidente Figueiredo